

Demitir e zerar déficit, a receita de Guedes.

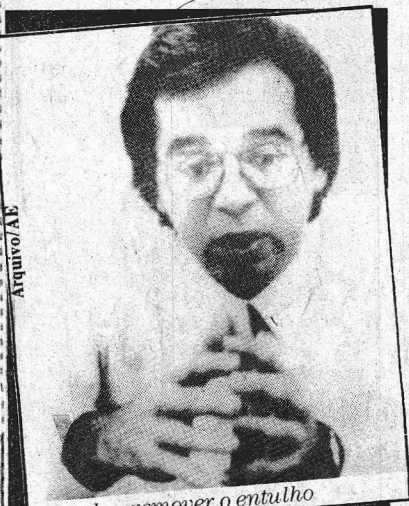
O economista Paulo Guedes, um dos nomes que estariam sendo sondados para assumir algum posto na área econômica em Brasília, não tem dúvidas de que "a dinâmica da hiperinflação já está trabalhando há três anos". Guedes também está convencido de que não se pode esperar as eleições para adotar medidas sérias contra o descontrole dos preços.

Como César Maia, ele afirma que o governo é que deve tomar a iniciativa. "Ele precisa mobilizar o Congresso, mas a responsabilidade de encaminhar um plano é dele." E esse plano, afirma Guedes, precisa, na área fiscal, "zerar a pedra, remover o entulho autoritário". Ou seja, cortar to-

dos os incentivos, isenções e subsídios que foram dados durante o regime político fechado, devolvendo a questão ao Congresso para que discuta com o próximo presidente quais serão os novos parâmetros orçamentários.

Nesse aperto fiscal, Guedes — responsável pelo programa econômico do presidenciável Guilherme Afif Domingos (PL) — propõe que sejam extintas autarquias, ministérios e organismos que representem interesses privados, como os Institutos do Açúcar e do Alcool e do Café (IAA e IBC). Mesmo que a legislação eleitoral impeça a demissão de funcionários públicos até 15 de novembro, o governo precisaria apelar para o Congresso permitir cortes na sua folha de pagamento. Afinal, nos últimos quatro anos as despesas com pessoal aumentaram 50% em termos reais.

Desde já, continua Paulo Guedes, o Banco Central precisaria ser transformado numa entidade independente, com diretores nomeados para mandatos que não coincidisse com o do presidente. A austeridade nos gastos públicos abriria espaço para o Banco Central estabelecer taxas de juros que efetivamente permitissem o controle monetário, sem preocupar-se com o controle do custo do dinheiro no mercado.



Guedes: remover o entulho